

Inclusão escolar de alunos com epilepsia: breve revisão da literatura<sup>1</sup>  
*School inclusion of students with epilepsy: a brief literature review*

Kárita Marques Rodrigues Lopes<sup>2</sup>  
Carla Regina Rachid Otavio Murad<sup>3</sup>

Recebido em: 20/07/2020

Aprovado em: 15/09/2020

Publicado em: 30/09/2020

**Resumo:** O presente trabalho se propôs a tratar do tema da epilepsia e inclusão escolar. Foi realizado um levantamento nas bases Scielo das referências sobre a doença, tipos, causas, consequências e seus principais impactos na escolarização de alunos com epilepsia ou medicalizados. Destacamos a necessidade de ampliação e aprofundamento da discussão sobre o tema das doenças crônicas e sua relação com as dificuldades de aprendizagem nas instituições de ensino de forma que haja maior explicitação sobre a importância do reconhecimento desse tipo de doença e os riscos que a falta de informação pode trazer à saúde da comunidade escolar, principalmente ao doente que pode desenvolver sentimentos de revolta e aversão social no processo de inclusão escolar. Concluímos que é urgente a implementação de políticas e ações mais inclusivas por parte das instituições escolares que recebem investimentos e verbas para implantar e manter serviço de atendimento educacional a alunos com necessidades especiais.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar; Epilepsia; Formação de Professores.

**Abstract:** The present work proposed to deal with the theme of epilepsy and school inclusion. A survey was carried out on the Scielo databases of references about the disease, types, causes, consequences and its main impacts on the schooling of medicalized students with epilepsy. We highlight the need to expand and deepen the discussion on the topic of chronic diseases and their relationship with learning difficulties in educational institutions so that there is greater clarification about the importance of recognizing this type of disease and the risks that lack of information may bring to the health of the school community, especially to the patient who may develop feelings of revolt and social aversion in the process of school inclusion. We conclude that it is urgent to implement more inclusive policies and actions on the part of school institutions that receive investments and funds to implement and maintain educational assistance services for students with special needs.

**Key-words:** School inclusion; Epilepsy; Teacher training.

---

<sup>1</sup> Artigo apresentado na disciplina Trabalho de conclusão de curso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, como pré-requisito para obtenção do título de Especialista em Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva.

<sup>2</sup> Graduada em Serviço Social (UCG), especialista em Pedagogia Social (FINOM). E-mail: karita.mrl@gmail.com

<sup>3</sup> Docente de língua inglesa do curso de Letras da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e docente credenciada no Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras) da UFTM. Graduada em Letras-Tradução Inglês (UnB), Mestre em Linguística Aplicada (Unicamp) e Doutora em Estudos Linguísticos (UFU). E-mail: carlamurad@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8965-2624>

ANDRADE, D. L. P; MURAD, C. R. R. O

## Introdução

No contexto neoliberal atual, as instituições técnicas profissionalizantes, instituição de partida para a problematização do tema, têm sido recrutadas a formar uma massa de cidadãos produtivos e trabalhadores, sendo que nesta população incluem-se os doentes, deficientes e medicalizados. No pacto com o Plano Nacional da Educação o segmento educacional profissional técnico concomitante ao ensino médio se comprometeu a triplicar a oferta de educação profissional técnica de ensino médio até 2024.

De fato, na prática pode ser ver que os números da educação profissional só têm aumentado. Em 2018, o resumo técnico do INEP trouxe um expressivo aumento de quase 25% nas matrículas na modalidade técnico integrado ao ensino médio de 2014-2018 (468.212, em 2014, para 584.564 matrículas, em 2018). De acordo com a dependência administrativa e localização da escola, de todas as etapas de ensino, a educação profissional é a que apresenta o maior número de matrículas na rede federal, com 365.261 matrículas.

Os parâmetros educacionais brasileiros para a inclusão do aluno com necessidades educacionais específicas nas escolas estão fundamentados na Educação Especial. Parte-se da crença de que o sujeito com necessidades especiais está amparado por leis, como se a existência das leis fosse o suficiente para que houvesse a inclusão educacional, concebido como o direito à aprendizagem na escola. No entanto, este pressuposto está longe de ser verdade.

Partimos da nossa realidade como membro de um núcleo de atendimento à alunos com necessidades específicas, para tratar desta questão. O caso foi de uma aluna diagnosticada com epilepsia e medicalizada que, após três anos consecutivos de reprovações no primeiro ano de um curso técnico, resolveu desistir do curso. Salientamos que no discurso que emergiu nos relatórios do Núcleo, foi identificado uma série de acusações por parte da aluna e dos professores que se alternavam em culpabilizar-se.

A epilepsia, embora tenha sido mencionada, não ocupou centralidade no discurso dos profissionais do núcleo de atendimento, dos professores, dos pais, dos gestores das ações de atendimento educacional especializado na instituição ou da própria aluna, negando a todo momento a dor e o sofrimento causado pela condição que a doença

**ANDRADE, D. L. P; MURAD, C. R. R. O**

impunha ao sistema e os envolvidos nele, para o sentimento crescente de exclusão que se tornou, assim, central na decisão da aluna pelo abandono escolar.

Por este motivo, procuramos, por meio deste artigo, trazer estudos apontando a importância de se considerar a epilepsia uma condição impactante no dia-a-dia escolar dos alunos acometidos pela doença e que se encontram medicalizados, isto é, apresentam necessidades educacionais especiais, em específico no ensino médio profissionalizante, o segmento educacional que mais cresce no país.

### **Epilepsia e Inclusão Escolar**

A epilepsia ou síndrome epiléptica uma doença crônica de causa genética ou adquirida cujo diagnóstico e acompanhamento é feito por anamnese médica. A doença é observada com relação ao tipo de crises, idade de início, sinais clínicos e/ou neurológicos associados, história familiar, achados eletroencefalográficos e com base nestes elementos, é feito um prognóstico de acompanhamento da evolução do transtorno até a primeira observação (ZUBERI; SYDMONDS, 2015).

A evasão escolar, isto é, a desistência definitiva do aluno em qualquer etapa de um curso que implica na não conclusão do mesmo, é um problema transversal na educação brasileira. Existem inúmeras variáveis que podem motivar o abandono escolar (ABRAMOVAY; CASTRO, 2003). No ensino profissionalizante a evasão tem sido motivada por um conjunto de fatores internos e externos à escola (MEIRA, 2015).

Em relação às dificuldades de aprendizagem, é sabido que para os alunos com necessidades educacionais específicas, há política pública de Educação Especial (BRASIL, 2008) que institui o Atendimento Educacional Especializado (AEE) para orientar a produção de um planejamento específico que inclui uma avaliação individualizada do discente e elaboração do plano educacional individualizado para que possam ser feitas adaptações curriculares e colocadas em prática pelo corpo docente, a fim de que o aluno tenha acesso à educação de fato. No entanto, pouco se sabe sobre o que a academia tem descoberto para acolher e garantir a permanência do estudante com quadro de doenças crônicas como o da epilepsia na instituição escolar.

Um resgate histórico da educação no Brasil nos oferece elementos para compreender como um modelo reducionista (biologizante) vem sendo produzido e disseminado em e por diferentes contextos e grupos sociais, fundamentando análises e

**ANDRADE, D. L. P; MURAD, C. R. R. O**

explicações para o fracasso escolar e os baixos níveis de alfabetismo que atingem parcela significativa da população brasileira (HOPKER, 2017).

No caso de alunos com doenças crônicas como a epilepsia, existem estudos que correlacionam a doença como um fator de impacto no processo de escolarização de crianças e adolescentes (COSTA et al, 2009). O uso contínuo de medicamentos anti-epilépticos desde a infância pode alterar o desenvolvimento cognitivo e psicossocial da criança com implicações ao longo da vida. Em relação às dificuldades de aprendizagem, existem fatores associados aos aspectos históricos e atuais de como tem sido organizada a educação direcionada a alunos a partir de suas deficiências (LORING, 2005).

Silva e Ferreira Filho (2014) afirmam a necessidade de desconstruir o estigma da epilepsia por meio da qualificação dos profissionais da educação para prestar a assistência inclusive quanto aos procedimentos de primeiros socorros, pois o aluno epilético pode ter graves crises e precisar de socorro imediato na escola onde estiver matriculado.

De acordo com Sturniolo e Galletti (1994 apud ZANNI, 2010), crianças com epilepsia constituem-se como um grupo educacional vulnerável apresentando risco elevado para desenvolver transtornos específicos do aprendizado e conseqüentemente comprometimentos no rendimento acadêmico, além de ajustamento psicossocial pobre, o que pode resultar em abandono da escola.

Durante o processo ensino aprendizagem, independentemente do diagnóstico de um aluno com necessidades especiais, existem fatores de ordem externa que podem ser intervir no processo de aprendizagem. O despreparo dos educadores como um reflexo da defasagem na formação profissional, por exemplo, pode colocar em xeque e constituir desafio aos educadores que nem sempre têm condições de dar uma resposta qualificada ao desafio de educar tais alunos.

Assim, entre as variáveis de ordem externa que podem estar envolvidas no processo de escolarização está o fator cultural do estigma da doença. A cultura da relação de poder em torno da criança doente pode estimatizá-la ao ponto de desencadear baixa expectativa dos pais e professores quanto ao sucesso da criança, a possibilidade de rejeição dos mestres e colegas de escola e as alterações na autoestima da criança. Tais fatores importantes podem promover um menor rendimento escolar da criança com epilepsia (FERNANDES et al, 2011)

**ANDRADE, D. L. P; MURAD, C. R. R. O**

Para os referidos autores, diferentes variáveis de origem interna podem estar relacionadas ao surgimento destes problemas, como o tipo de epilepsia e sua severidade, a idade de início das crises, mas também a visão e as crenças da população em geral incluindo pais, professores, colegas de escola, que acreditam que as crianças epiléticas apresentam mais problemas de comportamento mesmo quando possuem repertório educacional e inteligência semelhantes aos de outras crianças saudáveis.

Em relação aos fatores orgânicos ligados a epilepsia, alguns autores apontam que o insucesso educativo está relacionado com o início precoce da doença, a frequência e a gravidade da epilepsia o que pode ser mediado por uma diminuição cognitiva (ZANNI *et al*, 2010).

Em contrapartida, certos fatores do meio podem aumentar o número de crises ou desencadeá-las, entre eles: uso irregular de medicamentos, tensões emocionais, períodos menstruais, bebidas alcoólicas, estímulo visual repetitivo provocado por epilepsias fotossensíveis como as que causam sensibilidade a luzes piscando rapidamente, aparelho de televisão mal regulado, mudanças repentinas da escuridão para a luz ou vice-versa (Silveira, 1999), sons altos ou monotons.

Estudos de comorbidade revelam elevadas taxas de ocorrência da epilepsia com distúrbios neuropsiquiátricos, entre eles o transtorno opositor desafiante (TOD), o transtorno de conduta, a depressão, e o transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH). A alta incidência de comorbidades agrava o prognóstico e pode modificar de modo significativo o tratamento. Em muitos casos as comorbidades psiquiátricas causam mais dano à qualidade de vida do sujeito que a própria epilepsia (ZUBERI; SYDMONDS, 2015).

Para Kenne *et al*. (2005 *apud* ZANNI, 2010), o início precoce da epilepsia está associado com problemas cognitivos. Os resultados de alguns estudos mostraram que o início da epilepsia nos primeiros anos de vida é um fator de risco significativo para o desenvolvimento de problemas relacionados ao funcionamento intelectual e dificuldades acadêmicas.

Quanto aos efeitos da terapia medicamentosa em crianças com epilepsia alguns autores apontam que as drogas anti-epiléticas diminuem a excessiva excitabilidade neuronal visando reduzir ou extinguir a ocorrência de crises, mas tem como efeitos secundários desse processo a lentidão psicomotora, redução da atenção e concentração,

**ANDRADE, D. L. P; MURAD, C. R. R. O**

além de problemas de memória levando a dificuldades de aprendizagem e outros comprometimentos no funcionamento acadêmico (LORING, 2005).

Entretanto, a tolerância aos medicamentos varia de organismo para organismo, sendo que o controle das crises leva um longo tempo. Os medicamentos podem causar efeitos colaterais (distúrbios de comportamento, diminuição da atividade do estrogênio e da progesterona, distúrbios digestivos, hepáticos e pancreáticos, depressão respiratória ou circulatória, efeitos sedativos, manifestações cutâneas, entre outros); alguns efeitos colaterais são leves e desaparecem na continuidade do tratamento.

Verifica-se também que quando a epilepsia tem início na infância o uso de medicamentos anti-epiléticos se inicia concomitantemente ao desenvolvimento cognitivo e psicossocial da criança e este processo pode ter implicações ao longo dos demais ciclos de vida (LORING, 2005). Estudos longitudinais mostram que adultos cuja epilepsia se iniciou na infância tendem a ter nível educacional mais baixo, maiores índices de abandono da escola e de necessidade de frequentar escolas especiais ou utilizar serviços de educação especial, com consequentes taxas de desemprego ou subemprego mais elevadas, além de aumento na incidência de transtornos psiquiátricos (ZANNI *et al*, 2010).

No que tange à Educação Especial e/ou Inclusiva, adicionalmente, observa-se que tais características (início precoce, gravidade e frequência da epilepsia, terapia medicamentosa, conotação psicossocial negativa) podem fazer com que crianças epiléticas apresentem maior necessidade de frequentar escolas especiais ou utilizar serviços de educação especial, embora estudos abordando especificamente esta questão sejam escassos (SERDARI *et al.*, 2009).

De acordo com Zanni *et al* (2010), crianças das escolas especiais quando comparadas às crianças das escolas regulares apresentavam maior gravidade da doença, frequência de crises mais elevadas, início mais precoce e duração da epilepsia mais longa, além de utilizarem maior número de medicamentos. Em relação às dificuldades que poderiam interferir no rendimento acadêmico, citam o tipo de epilepsia e sua severidade, a idade de início das crises, a conotação psicossocial negativa da epilepsia, além da possibilidade de presença de estigma e reações inadequadas perante a epilepsia infantil. Pode ser que haja uma tendência separatista entre grupos de alunos epiléticos graves e leves em relação à preferência por tipos de escola regular ou especial.

**ANDRADE, D. L. P; MURAD, C. R. R. O**

Adicionalmente, faz-se necessário à identificação de recursos e estratégias que facilitem a inserção dos alunos com epilepsia com escolas regulares ou que estas desenvolvam recursos capazes de facilitar o aprendizado de crianças epiléticas que frequentam escolas especiais ou utilizam serviços de educação especial. Infelizmente as propostas de educação inclusiva, apesar de todas as confusões e polêmicas que têm gerado, em muito têm contribuído para dar uma nova roupagem ao significado de “ensinagem” ou aprendizagem mecânica.

É necessário detectar e investigar fatores biológicos, psicológicos ou sociais que constituem obstáculo à aprendizagem escolar. É responsabilidade de todo educador, pois só assim ele terá condições de encontrar alternativas e propor atividades para o desenvolvimento das potencialidades dos educandos. Propostas como a de Lunardi (2012), de desenvolvimento de cursos para professores e profissionais da educação são muito bem vindas neste cenário.

A legislação educacional inclusiva, compreendida como toda aquela que garante o direito do aluno com necessidades especiais o apoio especializado na escola regular, está posta desde 1996 na Lei de Diretrizes e Bases para a Educação. O objetivo é atender às peculiaridades da clientela de educação especial, em função das condições específicas dos alunos, quando não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

O atendimento educacional especializado, instituído pela Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos estudantes com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

Segundo a Constituição Federal no Art. 203 – Inciso IV “a habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração comunitária, reconhecimento, no aspecto legal, ao direito de viver e conviver em comunidade, exigindo da sociedade, mudanças substanciais na forma de abordar as deficiências”. No Art. 205 da Constituição Federal, a Educação é um direito de todos e dever do Estado e da

**ANDRADE, D. L. P; MURAD, C. R. R. O**

Família, garantindo Atendimento Educacional para todos, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Para finalizar o Art. 208-III “o dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia do Atendimento Educacional Especializado às Pessoas com Deficiência, preferencialmente na rede Comum de Ensino”. Cabe ainda ao professor da sala de recursos orientar o professor da classe de ensino comum, quanto às adaptações curriculares, avaliação e metodologias que poderão ser utilizadas na sala de aula, em atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais.

O acompanhamento do desenvolvimento do aluno será registrado em relatório semestral elaborado pelo professor da sala de recursos juntamente com a equipe pedagógica, e sempre que possível ou se fizer necessário, com o apoio dos professores da classe de ensino comum. Cópia deste relatório semestral deverá ser arquivado na pasta do aluno. A seguir, analisamos de que forma este atendimento foi realizado a aluna desistente em uma instituição de ensino federal na modalidade técnico integrado ao ensino médio.

### **Considerações Finais**

Concluimos que, embora ações de Educação Especial tenham regulamentado e orientado a prática da implantação de núcleos especializados desta instituição federal de ensino técnico, as mesmas por vezes encontram-se em trajetórias desconexas, errantes e irregulares e carecem de sistematização na oferta, controle e gestão de processos e, principalmente, de recursos humanos.

Uma das primeiras debilidades que a instituição deve sanar sobre o acompanhamento desses alunos acredita-se que está nas práticas de atendimento. É preciso pensar as especificidades de metodologias de ensino e acompanhamento a esses alunos de forma tanto a empoderar o aluno com informações sobre sua condição, o autocuidado físico, psicológicos e emocional, no que diz respeito aos efeitos colaterais dos remédios para que possa haver maior qualidade na parceria entre os profissionais da educação, da saúde, família e alunos.



ANDRADE, D. L. P; MURAD, C. R. R. O

A nosso ver, cabe à instituição elaborar, implantar e monitorar suas políticas de inclusão para que medidas mais eficazes de inclusão sejam, de fato, asseguradas a todos os alunos com necessidades especiais que possuem, por direito, um serviço de atendimento individualizado com funcionários qualificados e especializados para a manutenção da qualidade dos serviços de Educação Inclusiva pela instituição.

## Referências

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Ensino médio**: múltiplas vozes. Unesco, 2003.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988. **Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Tit. VIII, Cap. III, Sec. I. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 2 abr. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de assuntos jurídicos, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: abr. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007. Acesso em: mar. 2020.

COSTA, C. R. C. M.; MAIA FILHO, H. S.; GOMES, M. M. **Avaliação clínica e neuropsicológica da atenção e comorbidade com TDAH nas epilepsias da infância: uma revisão sistemática**. J Epilepsy Clin Neurophysiol, v.15, n. 2, p. 77-82, 2009.

Fernandes PT, Snape A, Beran RG, Jacoby A. **Epilepsy stigma: what do we know and where next? Epilepsy Behav**. 2011;22(1):55-62.

HOPKER, Christiane del Claro et al . **A pessoa com epilepsia: percepções acerca da doença e implicações na qualidade de vida**. CoDAS, São Paulo , v. 29, n. 1, e20150236, 2017 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2317-17822017000100305&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2317-17822017000100305&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 29 set. 2020.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo da Educação Básica 2018** [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. 66 p.

LORING, D. W. **Cognitive Side Effects of Antiepileptic Drugs in Children**. Psychiatric Times, v. 22, n. 10, p.1 -6, 2005.

MEIRA, C. A. **A evasão escolar no ensino técnico profissionalizante**: um estudo de caso no Campus Cariacica do Instituto Federal do Espírito Santo. Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil. 2015. Disponível em <

ANDRADE, D. L. P; MURAD, C. R. R. O

[http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese\\_9068\\_Disserta%E7%E3o%20Final%20%20Cri stiane%20Meira.pdf](http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9068_Disserta%E7%E3o%20Final%20%20Cri stiane%20Meira.pdf) >. Acesso em ago 2020.

LIMA, M.; SILVA, I. M. Ensino Médio Integrado no Espírito Santo: perspectivas do debate acerca da qualidade a partir dos resultados do desempenho de estudantes no Enem. Trabalho apresentado no **Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação**, 2013.

LUNARDI, Mariana S. **Educação em epilepsia para profissionais da educação**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde. Programa de PósGraduação em Ciências Médicas. Florianópolis, SC, 2012. 101 p.

SERDARI, A. et al. **Epilepsy impact on aspects of school life of children from different cultural** populations in Thrace, Greece. *Epilepsy & Behavior*, v. 15, p. 344–350, 2009.

SILVA, F.B; FERREIRA FILHO, R.C.M. **Estigma na Epilepsia: Aspectos Conceituais, Históricos e Suas Implicações na Escola**. *Revista Thema*, 11 (2). 2014

ZANNI KP, Maia Filho HS, Matsukura TS. **Impacto da epilepsia no processo de escolarização de crianças e adolescentes**. *Rev. Bras. Educ. Espec.* 2010;16(2):215-30

ZUBERI, Sameer M.; SYMONDS, Joseph D.. **Atualização sobre o diagnóstico e tratamento de epilepsias da infância**. *J. Pediatr. (Rio J.)*, Porto Alegre , v. 91, n. 6, supl. 1, p. S67-S77, Dec. 2015 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0021-75572015000800009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572015000800009&lng=en&nrm=iso)>. access on 29 Sept. 2020.

#### Como citar este artigo (ABNT)

ANDRADE, D. L. P; MURAD, C. R. R. O. **Autismo e inclusão escolar: em busca de diálogos interdisciplinares com a dança**. *Revista Iniciação & Formação Docente*, Uberaba, MG, v. 7, n. 3, p. XXX-XXX, 2020. Disponível em: <inserir link de acesso>. Acesso em: inserir dia, mês e ano de acesso. DOI: inserir link do DOI.

#### Como citar este artigo (APA)

ANDRADE, D. L. P; MURAD, C. R. R. O. **Autismo e inclusão escolar: em busca de diálogos interdisciplinares com a dança**. *Revista Iniciação & Formação Docente*, X(X), XXX-XXX. Recuperado em: inserir dia, mês e ano de acesso de inserir link de acesso. DOI: inserir link do DOI.